MEGAPROJECTOS DE MINERAÇÃO EM MOÇAMBIQUE E OS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS: CASO DO DISTRITO DE NACALA-À-VELHA, PROVÍNCIA DE NAMPULA

MINING MEGAPROJECTS IN MOZAMBIQUE AND THE COMPULSURY RESETTLEMENT: CASE OF NACALA-À-VELHA DISTRICT, NAMPULA PROVINCE

MEGAPROJETS MINIERS AU MOZAMBIQUE ET LES REINSTALLATION FORCE: CAS DU DISTRICT DE NACALA-A-VELHA, PROVINCE DE NAMPULA

Nélio Manuel
Docente de Geografia. Mestre em Gestão Ambiental pela Universidade Rovuma Nampula – Moçambique.

E-mail: neliomanuel052@gmail.com

Vanito Viriato Marcelino Frei
Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Professor Auxiliar na Universidade Rovuma, Nampula-Moçambique.

E-mail: vanitofrei@yahoo.com.br

RESUMO

A (re)estruturação produtiva do capital, que vem sendo implementado em Moçambique, através da territorialização dos megaprojectos de mineração, tem influenciado nos deslocamentos compulsórios das comunidades locais, provocando profundas mudanças no modo de vida social e económico desses comunidades. É dessa preocupação que permeia este estudo, cujo objectivo é de analisar as implicações sócioterritoriais da construção do terminal ferro-portuário nas comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha, província de Nampula. Assim, para a análise do objecto da pesquisa, o estudo privilegiou as pesquisas bibliográfica e documental. O levantamento de dados foi feito através das técnicas da entrevista e questionários, consubstanciadas pelas observações directas realizadas durante o trabalho de campo nas comunidades reassentadas em Nacala-à-Velha. Os resultados obtidos permitem-nos compreender que os programas de reassentamento da Vale no distrito de Nacala-à-Velha inserem-se no contexto da emergência das apropriações transnacionais de terras ou landgrabbing, que prevêem a concessão de vastas porções de terra para investidores estrangeiros, e, por conseguinte, a expropriação das comunidades locais para regiões

longínquas, inférteis, desprovidas de acesso a bens naturais como: a água potável, insumos agrícolas, escolas, hospitais e mercados aumentando assim, o desemprego e a insegurança alimentar dentro das comunidades. Em suma, os reassentamentos forçados causam uma desestruturação territorial das comunidades, que conduz, geralmente, a efeitos negativos difíceis de compensar ou mitigar.

Palavra-chave: Megaprojetos de mineração. Terminal ferro-portuário. Reassentamento. Comunidades Locais. Distrito de Nacala-à-Velha.

ABSTRACT

The productive (re) structuring of capital, which has been implemented in Mozambique, through the territorialization of mining megaprojects, has influenced the compulsory displacement of local communities, causing profound changes in the social and economic way of life of these communities. It is this concern that permeates this study, whose objective is to analyze the socio-territorial implications of the construction of the ferro-port terminal in the resettled communities in the district of Nacala-à-Velha, province of Nampula. Thus, for the analysis of the research object, the study privileged bibliographic and documentary research. Data collection was carried out using interview techniques and questionnaires, based on direct observations made during fieldwork in resettled communities in Nacala-à-Velha. The results obtained allowed us to understand that Vale's resettlement programs in the Nacala-à-Velha district are part of the context of the emergence of transnational appropriations of land or landgrabbing, which provide for the granting of vast portions of land to foreign investors, and, therefore, the expropriation of local communities to remote, infertile regions, lacking access to natural goods such as: drinking water, agricultural inputs, schools, hospitals and markets, thus increasing the lack of employment and food insecurity within the communities. . In short, forced resettlement causes a territorial disruption of communities, which generally leads to negative effects and is difficult to compensate or mitigate.

Keywords: Mining megaprojects. Railway-port terminal. Resettlement. Local Communities. District of Nacala-à-Velha.

RESUME

La (re) structuration productive du capital, qui a été mise en œuvre au Mozambique, à travers de la territorialisation des mégaprojets miniers, a influencé le déplacement forcé des communautés locales, provoquant de profonds changements dans le mode de vie social et économique de ces même communautés. C'est cette préoccupation qui imprègne cette étude, dont l'objectif est d'analyser les implications socio-territoriales de la construction du terminal ferro-portuaire dans les communautés réinstallées du district de Nacala-à-Velha, province de Nampula. Ainsi, pour l'analyse de l'objet de la recherche, l'étude a privilégié la recherche bibliographique et documentaire. L'enquête sur les données a été réalisée à travers des techniques de l'entretien et des questionnaires, étayées par les observations directes faites

pendant le travail du terrain dans les communautés réinstallées à Nacala-à-Velha. Les résultats obtenus nous permet de comprendre que les programmes de réinstallation du Vale au district de Nacala-à-Velha s'encadrent dans le contexte de l'émergence des appropriations transnationales de terres ou d'accaparement de terres, qui prévoient l'octroi de vastes portions de terres à des investisseurs étrangers, et, par conséquent, l'expropriation des communautés locales vers des régions reculées et infertiles, n'ayant pas l'accès à des biens naturels tels que: l'eau potable, les intrants agricoles, les écoles, les hôpitaux et les marchés, en augmentant ainsi le chômage et l'insécurité alimentaire au sein des communautés. . En bref, les réinstallations forcées provoquent des perturbations territoriales des communautés, ce qui entraîne généralement des effets négatifs et il est difficile à compenser ou à atténuer.

Mots-clés: Mégaprojets miniers. Terminal ferroviaire-port. Réinstallation. Communautés locales. District de Nacala-à-Velha.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, devido a crescente valorização do capital em detrimento do social, vive-se momentos emblemáticos gerados pela expansão e reprodução do capital sobre determinados territórios. É neste cenário que emerge a corrida mundial por terras, chamada convencionalmente de *landgrabbing*, compreendido como transacções (trans)nacionais de terra que envolve a alteração da territorialidade para atender as demandas do capital externo e garantir a acumulação do mesmo (BORRAS & FRANCO, 2010).

Chizenga (2016) e Pereira (2019), assinalam que essas tentativas de ajustes sócioterritoriais e demandas econômicas, na sua maioria, traduzem-se em conflitos entre os agentes do capital e de um grupo social menos resiliente, devido a divergência de interesses ao acesso e os usos sociais do território e de seus recursos, o que acaba gerando configurações sociais marcadas por lutas e resistências desses grupos sociais face aos interesses económico-financeiros do capitalismo dominante – global.

Devido a sua configuração geológica, Moçambique apresenta uma ampla diversidade de recursos minerais, entre os quais, assinalam-se o carvão mineral, o ouro, pedras preciosas e semi-preciosas e o gás natural (SELEMANE, 2011). A existência destes recursos valorizados pelo mercado capitalista, impulsionou ao Estado moçambicano a estabelecer contrato com as transnacionais (megaprojectos de mineração) para explorar massivamente tais

recursos, por meio da apropriação da terra, na perspectiva de melhorar o desenvolvimento económico e social do país (CASTELO-BRANCO, 2010).

Na óptica de Pedro (2011), a implantação dos megaprojectos de mineração em Moçambique e a sua respectiva mobilidade socioespacial são reforçados pelo processo de globalização e ampliação reprodutiva do capital, que permite que as empresas se instalem em determinada localidade em busca de vantagens locais e motivações meramente econômicas.

Em Moçambique, a implantação dos megaprojectos de mineração tem sido marcada por antagonismos entre as transnacionais, devido ao uso que fazem ou pretendem fazer do território, ambiente e seus recursos, o que ocorre com fins meramente económicos; o Estado como implementador de políticas de "desenvolvimento" e concessão de benefícios fiscais para atracção de projectos de Investimento Directo; e as comunidades locais afectadas por esses projectos que em gozo do acesso ao território e seus recursos desenvolvem suas actividades (re)produtivas e sustentam sua existência no ambiente circundante (MANUEL, 2019).

Desse modo, os processos de (re)estruturação dos espaços mineiros suscitados pelos megaprojectos, muitas vezes, resultam em conflitos entre as comunidades locais (detentores temporais de ocupação da terra) e os megaprojectos (detentores da licença). Uma das implicações sociais directas da implantação dos empreendimentos mineiros é a apropriação de terra e, por conseguinte, a expropriação do território por meio do deslocamento compulsório das comunidades locais, visando efectivamente explorar o solo e subsolo, na perspectiva de desenvolvimento económico e social (SELEMANE, 2010).

Um dos exemplos emblemáticos conflituoso dos megaprojectos de mineração em Moçambique é o projecto da Vale. Conforme Bata (2018), a implantação do projecto da Vale na mina de Moatize envolveu a deslocação de 1.365 famílias que viviam nas aldeias de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe em dois reassentamentos ou o fornecimento de outras formas de compensação. A compensação não inclui terras agrícolas, mas incluiu bombas de água em cada casa, uma promessa de reformar a escola primária e o hospital de Moatize e novas casas.

Em semelhança da ocorrência da expropriação de territórios mineiros em Moatize, ocorreu também a apropriação de terra no distrito de Nacala-à-Velha para a construção do

terminal ferro-portuário. Esse processo, enquanto condição fundamental, suscitou a expropriação das comunidades locais e, por conseguinte, as comunidades foram despojadas das suas terras e retiradas para regiões longínquas, constituídas como zonas de reassentamento. Segundo Wanderley (2008), são comuns os processos em que a territorialização do capital se sobrepõe aos territórios das comunidades locais, desterritorializando-os.

O processo de apropriação dos territórios de mineração em Moçambique e a consequente expropriação das comunidades locais afiguram-se enquanto lógica da reestruturação produtiva e da reprodução ampliada do capital, como duas perspectivas idênticas. Este processo, além de gerar novos agentes de território, também exige novas formas de acesso e controle do território, no qual são utilizadas novas estratégias, embora, não descartando a recriação de antigas, pelos megaprojectos e intensificando um movimento de conflitos sobre a posse e a segurança de terra e demais recursos no meio rural moçambicano que, para a maioria das populações, significa a base de sua reprodução social e (i)material (MATOS, 2016; FREI, 2017).

É nesta discussão que está centrado o objectivo deste artigo, que nos propusemos a analisar as implicações sócioterritoriais da construção do terminal ferro-portuário nas comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha. A ideia – ou necessidade – de redacção deste artigo surgiu a partir do estudo desenvolvido no âmbito do curso de Mestrado em Gestão Ambiental. As relações sociais e os conflitos entre as comunidades e os grandes empreendimentos mineiros precisam de ser compreendidos tanto nos contextos sócioambientais, das injunções econômicas, quanto no dia-a-dia das relações entre as partes envolvidas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para o entendimento das implicações sócioterritoriais da pesquisa levou-nos a desenvolver um referencial teórico-metodológico baseado na análise do território, não como um espaço neutro, mas sim, enquanto *lócus* de constante disputa de poder, seja sob uma perspectiva de terra, onde predomina a dominação de natureza jurídico-política do uso dos

recursos para fins de reprodução econômica; seja sob uma concepção de terror, onde é visto como instrumento de imposição de terror/medo dos actores hegemónicos aos actores hegemonizados e, consequentemente, menos influentes (HAESBAERT, 2011).

Assim, a nossa acepção é de compreender o território enquanto totalidade, onde se manifestam as relações sociais, relações políticas, relações econômicas e culturais, ou seja, o território como espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência (SAQUET, 2002). Assim, o estudo apropria-se o termo implicação como sinónimo de efeitos ou consequências, ou seja, distintos processos, acções e contradições decorrentes da construção do terminal ferro-portuário no distrito de Nacala-à-Velha.

A pesquisa de campo foi realizada em Junho de 2019, nas comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha. Sendo assim, procurou-se analisar as condições de vida das comunidades reassentadas, bem assim das condições sócioterritoriais e econômicas, numa concepção de território como um conjunto de relações. Como afirma Santos (2008, p. 25), "é somente a relação que existe entre as coisas que nos permite realmente, conhecê-las e defini-las. Fatos isolados são abstracção e o que lhes dá concretude é a relação que mantêm entre si".

A partir do método materialista histórico e dialéctico buscamos compreender as formas de apropriação dos territórios mineiros em Moçambique e as acções desencadeadas sobre tais espaços, pois entendemos que são reflexos do desenvolvimento capitalista, como produto histórico à luz de suas contradições (LIMA, *et al*, 2014).

A pesquisa é qualitativa, com carácter descritivo e exploratório. A abordagem qualitativa justifica-se por ser uma forma adequada para entender, por um lado, a natureza de um fenómeno social dos megaprojectos de mineração em Moçambique e suas mudanças sócioterritoriais sobre as comunidades locais, por outro lado, permitir dar sentido as interpretações dadas pelos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa, as suas ideias, valores, significados, tramas e revoltas sobre o processo de expropriação das comunidades no distrito de Nacala-à-Velha.

Numa primeira fase, para ajudar a construir a problemática de investigação, foi feita uma pesquisa de base bibliográfica e documental e foram realizadas entrevistas exploratórias e questionários. As leituras ajudaram a fazer o balanço dos conhecimentos

relativos ao problema de partida, enquanto as entrevistas contribuíram para identificar novos aspectos a ter em conta e alargar o campo de investigação. Para a recolha e análise bibliográfica e documental não se partiu de um caminho pré-definido, optando-se por uma leitura atenta e crítica de algumas obras de referência, o que permitiu registar pistas e encontrar linhas orientadoras de reflexão.

Numa segunda fase, desenvolveu-se a etapa de observação e recolha de dados, durante dois dias de trabalho de campo nas áreas de reassentamento do distrito de Nacala-à-Velha. Com efeito, foram utilizadas diferentes técnicas de pesquisa: recolha de informação documental; grupos focais com 20 agregados familiares; entrevistas aos líderes comunitários, aos técnicos responsáveis pelo projecto de reassentamento e a entidades governamentais envolvidas no processo, observação directa das áreas reassentadas, com registo fotográfico.

RESENHA DO CONTEXTO DA EXPLORAÇÃO MINEIRA EM MOÇAMBIQUE

Nos últimos anos, caracterizados pelo aprofundamento da globalização do modo capitalista de produção, distintas e importantes transformações socioeconômica e sociopolítica têm promovido, por todos os lados, intensa reestruturação territorial, influenciado ainda pela produção do capital do sector mineiro, como um todo. O capital mineiro se torna um elemento chave na promoção e articulação das (re)estruturações territoriais que vem ocorrendo em Moçambique.

Moçambique foi sempre um país com níveis consideráveis de riqueza presentes no solo, sob a forma de carvão, gás, minerais, pedras preciosas e semipreciosas e, possivelmente, petróleo (SELEMANE, 2010). A exploração destes recursos envolve um percurso histórico bastante antigo, seja, no período pré-colonial, colonial, depois da independência (período socialista) até aos nossos dias, caracterizado pelo movimento de globalização e da economia neoliberal.

Conforme Chizenga (2016), desde o período colonial, apesar da prestação de serviços de transporte ferro-portuário e de fornecimento de mão-de-obra barata, Moçambique constituiu sempre como território reservado à exploração dos recursos naturais, seja: bens

agrícolas (sisal, tabaco e cana-de-açúcar), bens minerais (ouro, pedras preciosas, entre outros), que tinham como destino a região metropolitana do colonizador (Portugal).

Portugal impulsionou na (re)estruturação territorial de Moçambique, que se configurava de acordo com os seus interesses sociopolíticos e económicos e, desse modo, implantava de forma progressiva a acumulação primitiva do capital, que segundo Pereira (2012), é aquela que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida. Diante deste processo, muitas comunidades foram desterritorializadas – de modo violento para que o capital pudesse exercer o controle sobre o território nacional, pois, na concessão das terras, os nativos eram subjugados de fora, e o seu deslocamento compulsório e forçado era feito sem nenhum pagamento ou compensação (MATSINHE, 2011).

Além da ocupação e exploração do território nacional, Portugal pretendia instalar um sistema que visasse apagar a cultura dos nativos e impor os seus costumes, a sua história e a sua geografia ao povo moçambicano, apelidado *a libertação de indígenas*. Apesar de todas as tentativas, o povo moçambicano conseguiu estabelecer sempre a sua *moçambicanidade*, pois tal movimento não conseguiu apagar de forma efectiva os hábitos dos indígenas e criou uma *crioulização*, um misto entre o antigo, e o novo.

As intensas lutas de libertação travadas pelos nativos contra o colonialismo português implicaram numa manifestação explícita de reivindicação das suas terras e, com elas, a sua história, cultura e identidade. O povo moçambicano esteve sempre ciente de que reconquistando a terra teria a sua vida de volta, pois o acesso à terra significaria para os moçambicanos a sua libertação e a reprodução dos seus modos de vida. Porém, a conquista da terra nem sempre significou a sua emancipação ou a sua autodeterminação, pois os alicerces construídos pelo sistema impediam que a sua conquista total se concretizasse (MATOS & MEDEIROS, 2015).

Após a Independência Nacional, em 1975, o governo da Frelimo que saiu vitorioso da Luta de Libertação Nacional foi obrigado a traçar estratégias, de modo a implantar o desenvolvimento económico nas comunidades que há bastante tempo foram assolados pela opressão colonial. Assim, objectivando materializar essa perspectiva, foi adoptada, pelo governo da Frelimo a socialização do campo e a criação de aldeias comunais (MATSINHE, 2011).

Considerando que, a indústria de extracção mineira em Moçambique durante o regime colonial não foi um dos sectores económicos de maior relevo, com a independência nacional e pelas crises econômicas que o país estava mergulhado, influenciou profundamente no desequilíbrio do sector mineiro que era ainda mais fraco durante o período colonial. Dois aspectos justificam este processo: primeiro estava relacionada com o fraco conhecimento geológico de Moçambique e o segundo aspecto é o fraco domínio económico do colonizador, o que não lhe permitira o investimento do sector mineiro de que o país era detentora (ARAÚJO, 1989).

Nessa senda, o governo moçambicano viu-se na necessidade de recomeçar todos os estudos de prospecção mineral porque, daqueles que haviam sido feitos, nada havia ficado, a nível técnico-científico, permitisse avaliar a possibilidade do seu aproveitamento rentável, pois, no panorama internacional, Moçambique apresentava uma boa imagem sobre a existência dos jazigos de carvão mineral no distrito de Moatize, província de Tete (MANUEL, 2019).

Assim, nessa conjuntura foram elaboradas várias cartas com diferentes escalas cartográficas, com maior destaque para a carta de jazigos e ocorrências minerais elaborada no período de 1986 - 1989 por uma equipa soviética (URSS). Esta carta foi substituída por uma nova carta geológica datada de 2008, com informações mais detalhadas e um conhecimento mais profundo do potencial dos recursos minerais em Moçambique. Rico em recursos, Moçambique ainda apresentava nos anos que seguiram a independência um nível de exploração insuficiente para que se tornasse fundamental no crescimento da economia nacional (MATOS, 2016).

Depois do fracasso de implementação dos projectos socialistas em Moçambique e com a crise econômica em que o país estava mergulhado, Moçambique viu-se obrigado a traçar mecanismos para resolver o problema da fome e as consequências da guerra. Como alternativa, o governo desenvolveu negociações com países ocidentais, que condicionaram a ajuda, o reescalonamento da dívida e novos financiamentos, a assinatura de acordo de paz com a África do Sul e a adesão às Instituições de *Bretton Woods* (IBW´s) – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) e, assim iniciava-se o estabelecimento do neoliberalismo no país (NAMUHOLOPA, 2016).

A adesão do novo sistema de desenvolvimento, orientado pelas políticas neoliberais, significou uma mudança radical nos fundamentos que norteavam a visão de desenvolvimento moçambicano. As novas políticas impuseram a uma liberalização econômica, a privatização, a desregulamentação, a descentralização e a redução do intervencionismo do Estado como o principal agente do desenvolvimento, e aí começou a crise econômica das comunidades locais (MATOS & MEDEIROS, 2015).

A entrada do neoliberalismo no país significou a abertura para a iniciativa privada. Daí, vários projectos económicos mostraram interesse em explorar os recursos do solo e subsolo do país. O governo, procurando responder a demanda da exploração das empresas estrangeiras, fez alterações significativas na sua legislação de terras e de minas, respectivamente, e foram-se instalando no território nacional vários megaprojectos, sobretudo no sector mineiro.

A EMERGÊNCIA DOS MEGAPROJETOS DE MINERAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Depois da implantação do capitalismo, Moçambique reatou a sua base econômica no sector da agricultura. Apesar desta ser considera a maior actividade econômica do país, praticada por mais de 80% da população moçambicana, ela não tem mostrado resultados satisfatórios, por várias razões: falta de investimento ao sector, falta de incentivo aos agricultores e prevalece ainda o uso de técnicas rudimentares (enxada de cabo curto) e a dependência de ambientes climatéricos.

Desse modo, devido ao fracasso do sector agrícola, o governo moçambicano teve que traçar estratégias que subvalorizam os novos sectores, principalmente ao sector da indústria extractiva, na perspectiva de alcançar o mais rápido possível o desenvolvimento económico e social do país. Obviamente, com a descoberta dos recursos minerais, particularmente relacionados com carvão mineral, Moçambique ficou exposto aos olhos de muitos investidores estrangeiros, que buscaram implantar os seus projectos de exploração mineiro.

Em resposta ao convite estabelecido pelo Governo Moçambicano foram sendo implantados vários megaprojectos em Moçambique, com maior índice no sector da indústria extractiva. Segundo Castel- Branco (2008), a presença de megaprojectos em Moçambique é recente. A partir da primeira década do século XXI, o país assistiu à entrada de projectos de IDE, na forma de megaprojectos centrados, na sua maioria, no sector mineiro-energético e na extracção de matéria-prima de produtos destinados para a exportação.

A instalação dos megaprojectos em Moçambique, é aliada a factores externos e internos. Ao nível externo, verifica-se uma crescente demanda de recursos, principalmente minerais e energéticos. Este factor é motivado pela crescente industrialização de novos países emergentes, em particular os países asiáticos como China, Índia e Japão, o que justifica o enquadramento do território nacional no panorama de produção de capital e de empresas integradas na cadeia global de produção na forma de megaprojectos (NAMUHOLOPA, 2016).

Ao nível interno, Moçambique por ser um estado economicamente dependente da ajuda externa, com a descoberta dos recursos minerais e energéticos, o governo moçambicano decidiu priorizar a exploração desses recursos como estratégia de desenvolvimento económico e social, adoptando políticas e mecanismos de atracção de projectos de investimento no território nacional com repercussões em diferentes esferas sociais. A tabela 1 descreve os principais megaprojectos mineiros e energéticos de Moçambique.

Tabela 1: Principais megaprojectos extractivos em Moçambique

Megaprojecto	Ano	Nº	Operadora	Localização
Gás Natural de Pande e Temane	2004	1	Sasol	Inhambane
Areias pesadas de Moma	2007	1	Kenmare	Nampula
Carvão Mineral de Moatize	2011	1	Vale Moçambique	Tete
Carvão Mineral de Benga	2011	1	Riversdale – Rio Tinto	Tete
Carvão Mineral de Chirodzi	2013	1	Jindal	Tete
Gás Natural de Palma	2015	1	Eni East Africa e Anadarko	Cabo Delgado

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os megaprojectos em Moçambique são caracterizados por apresentarem maior valor de investimento (cerca de 1 milhão de USD), o que se contradiz com a sua alocação no

desenvolvimento económico e social do país, sobretudo, na melhoria das condições de vida das comunidades locais.

Apesar dos maiores investimentos que os megaprojectos mineiros apresentam, do ponto de vista social da instalação e funcionamento deles têm sido acompanhados por um conjunto de contestações e mobilizações sociais de diferentes grupos sociais e populações afectadas pelos projectos, assim como de integrantes das organizações da sociedade civil no sentido de questionar as repercussões ambientais, econômicas e sociais em diferentes aspectos que a instalação e implementação de projectos de IDE colocam à sociedade moçambicana.

Actualmente, vários pesquisadores têm considerado que a descoberta de recursos minerais em vários países, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, além de serem uma bênção, estes tornam uma maldição para a vida das comunidades locais (DI JOHN, 2011). A ideia de maldição dos recursos[1] minerais já vem sendo desenvolvida deste a década de 1980 pelo economista Adam Smith. Este defende que, os projectos de mineração, ao invés de repor o capital neles empregado, juntamente com os lucros normais do capital, normalmente absorvem tanto o capital como o lucro (CARRIERI, 2005).

Na verdade, vários estudos desenvolvidos sobre a indústria extractiva em Moçambique Castel- Bransco (2008), Selemane (2009, 2010, 2014), Mosca e Selemane (2012), Matos e Medeiros (2015), Chizenga (2016), Frei, (2017), Bata (2018), entre outros, têm apontado que os megaprojectos de mineração no país têm contribuído muito pouco para a economia nacional. Além disso, o processo da apropriação de vastas terras que estas *commodities* desenvolvem têm perpetrado a expropriação das comunidades locais, por meio de deslocamentos compulsórios, para novas áreas de reassentamento, onde os conflitos aumentam ainda mais.

A questão da maldição dos recursos minerais impera-nos reflectir a despeito da realidade actual dos megaprojectos de mineração no país. Estes, na busca frenética de lucros, têm gerado conforme Heasbaert (2010), *amontoado de excluídos*, e somente uma pequena burguesia nacional constituída por empresários nacionais, ou por indivíduos ligados ao poder

[1] A tese da ”maldição dos recursos naturais” sustenta que a abundância de recursos naturais leva a um pobre desempenho ómica e à estagnação, a alto nível de corrupção e à governança precária, como também, para alguns autores, à violência política (DI JOHN, 2011).

político nacional é que mais beneficia desses megaprojectos, através do seu envolvimento em acções de exploração.

Portanto, são essas as contradições do neoliberalismo. De acordo com Bata (2018), no processo de capitalismo, ao socializar-se o trabalho e privatizar os meios de trabalho, produz-se concomitantemente uma pequena elite completamente abastada, e um amontoado de excluídos socialmente que, à custa do seu sangue, suor e dignidade, garantem a reprodução do capital e a expatriação dos superlucros, deixando as comunidades ainda mais carentes, sem água, escolas, hospitais e recursos de sobrevivência.

Contudo, consideramos que a economia extractivista em Moçambique é um desafio para o desenvolvimento económico e social do país. O governo moçambicano deve repensar e renegociar pelos ditos projectos de desenvolvimento, no sentido de que se encontrem meios-termos para ultrapassar esse cenário, de modo que o verdadeiro desenvolvimento das comunidades locais torne prioridade no auge das políticas de apropriação de terras por empreendimentos mineiros em Moçambique. Vários estudos comprovam que a melhor forma de Moçambique se desenvolver com base no carvão mineral passa pela criação de um leque de ligações (*linkages*) entre a indústria do carvão e o resto da economia nacional (CASTEL-BRANCO, 2010; MOSCA & SELEMANE, 2012; SELEMANE, 2014).

A questão da bênção da abundância dos recursos minerais no país esta estreitamente ligada aos benefícios para a economia local e nacional que este sector poderia acarretar. De acordo com Selemane (2017), para a optimização do desenvolvimento nacional e local é necessário que as indústrias de extracção mineira – *commodities* - estabeleçam cinco principais ligações com o resto da economia: (i) ligações fiscais (impostos directos e indirectos); (ii) ligações espaciais (infra-estruturas e desenvolvimento local), (iii) ligações a montante (equipamentos e maquinaria); (iv) ligações a jusante (processamento e adição de valor) e (v) ligações de conhecimento (formação de recursos humanos).

De acordo com Brynildsen e Nombora (2013) no seu estudo intitulado *Mineração sem desenvolvimento: o caso da mina da Kenmare em Moma, Moçambique,* alertam que a capacidade do país para angariar fundos suficientes para financiar o seu próprio desenvolvimento depende de conseguir ou não alterar este cenário de fraca tributação dos megaprojectos mineiros. Os autores exortam ainda que o futuro de Moçambique depende de

ser ou não capaz de evitar o escoamento de recursos preciosos através de práticas de minimização dos impostos, desagravamento fiscal unilateral e políticas de investimento negociadas na altura em que o país estava a recuperar de uma guerra civil avassaladora.

Um dos megaprojectos de mineração, obviamente objecto de análise deste estudo, é o projecto de exploração mineira - Vale Moçambique Ltd. (Vale). Esta é uma subsidiária da empresa brasileira Vale, e é a segunda maior empresa de mineração em todo o mundo. Foi em 2004 que, a Vale obteve permissão do governo de Moçambique para explorar carvão, no distrito de Moatize, província de Tete. Em 2007 foi atribuída a concessão mineira de 35 anos para 25 mil hectares. Tendo em conta que toda a actividade econômica realizada sobre o meio pode repercutir em impactos ambientais, o governo moçambicano aprovou o Estudo de Impacto Ambiental da Vale em 2007, que incorporou uma expansão planejada em 2011 (PROJECTO CORREDOR DE NACALA, 2016).

A Vale apostou seus investimentos em áreas complexas em Moçambique, como o complexo mineiro de carvão na bacia de Moatize, a via ferroviária de escoamento de carvão no percurso Tete – Nacala, e o porto de escoamento de Nacala, denominado Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLIN), composto por uma linha férrea de 912 km (Mapa 19).

Mapa 1: Corredor de Nacala.



Fonte: Projecto Corredor de Nacala, 2016.

As operações da empresa ocorrem numa conjuntura de conflitos, não obstante "a dissonância marcante entre as imagens empresariais projectadas pela Vale e as realidades de fato em todas as suas operações mundiais" (MARSHALL, 2014, p. 174). Um dos pressupostos da relação conflituosa surge entre a empresa Vale e as comunidades locais, devido o processo de deslocamentos compulsórios.

O deslocamento compulsório das populações em situação de extracção mineira tem enquadramento legal, embora pela fragilidade de sua aplicação este processo tem tornado fatal, em detrimento de empreendimentos de grande vulto como é o caso do megaprojeto da Vale.

A CONSTRUÇÃO DO TERMINAL FERRO-PORTUÁRIO E O PROCESSO DE DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO DAS COMUNIDADES LOCAIS NO DISTRITO DE NACALA-À-VELHA

O processo de construção do terminal ferro-portuário resultou na apropriação do território e, por conseguinte, a expropriação das comunidades locais, por meios de deslocamentos compulsórios denominados por reassentamentos. Com efeito, o deslocamento das comunidades implica a perda da terra, da sua história, até mesmo, dos seus hábitos e de prazer de vida.

Obviamente, em toda a remoção forçada perde-se tanta coisa, não somente as suas habitações, mas também as relações sociais que se estabelecem durante a sua vida no local de vivência, pois, a saída de um local para outro é constrangedor e difícil. Segundo Matos (2016), a deslocação compulsória das comunidades envolve a perda dos seus referenciais identitários, da sua história, dos seus traços culturais, dos seus modos de vida, de uma significativa parte de si e, até mesmo, da própria vida.

O processo de deslocamento compulsório das comunidades no distrito de Nacala-à-Velha, principalmente, o que foi por conta da construção da malha ferroviária da secção 8, da nova ferrovia e do novo terminal portuário, desencadeou-se entre 2014 e 2015. Durante

longo processo de lutas, a Vale conseguiu reassentar cerca de 55 famílias de cinco comunidades: Mucaia 1 e 2, Muriaco, Naxiropa e Muanona, situadas no Posto Administrativo-Sede de Nacala-à-Velha, paras as quais construiu igual número de casas, conforme pode-se observar na tabela 2.

Tabela 2: Número de famílias reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha

Distrito	Zonas de reassentamento		Número de famílias reassentadas	Zonas de origem
Nacala-à-Velha	Nachiropa		19	Napasso,
	Muriaco		17	Mussagirrine
	Mucaia	Mucaia 1	4	
		Mucaia 2	12	Pedreira
	Muanona		3	Mutepua
Total			**55**	

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A maior parte das comunidades reassentadas tiveram sua origem no Posto Administrativo de Nacala-à-Velha Sede, enquanto as comunidades reassentadas em Nachiropa foram deslocadas das aldeias de Napasso e Namuaxi, cerca de 10 km do novo bairro onde as famílias foram compelidas a viver. Namuaxi constitui o local onde a Vale implantou o terminal ferro portuário – designadamente as instalações do Corredor Logístico de Nacala. As famílias deslocadas para as comunidades de Mucaia 1 e Mucaia 2 viviam na zona da pedreira, onde a Vale explorava a pedra para a construção do seu terminal. As comunidades de Muriaco viviam próximo da Barragem de Massingirine, cerca de 40 km do seu novo bairro de residência. Como pode-se assinalar, as comunidades reassentadas, com excepção das comunidades de Mucaia 1 e Mucaia 2, estão distantes da Vila-Sede do distrito de Nacala-à-Velha.

IMPLICAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NAS COMUNIDADES REASSENTADAS EM NACALA-À-VELHA

As implicações sócioterritoriais resultantes dos megaprojectos têm sido constantes no espaço moçambicano, principalmente com a entrada dos megaprojectos de mineração que ocupam largas áreas onde as comunidades constroem suas vidas tradicionais. As lutas e disputas por áreas que contêm recursos minerais ou pelo controle de áreas estratégicas, embora em certos casos de forma implícita, sempre estiveram presentes na história das relações sociais do país.

O deslocamento compulsório das comunidades no distrito de Nacala-à-Velha resulta como consequência da construção do terminal ferro-portuário e, por conseguinte, implica no modo de vida das comunidades reassentadas em Nacala-à-Velha, relacionado aos aspectos de formas de habitação, educação, saúde, mobilidade, segurança, cultura e sacralização.

Antes do deslocamento, as comunidades apresentavam casas, na sua maioria, construídas de pau-a-pique com cobertura de palha, idêntica construção do tipo tradicional. A Vale, na pretensão de deslocar e construir as casas para os deslocados, apresentou uma casa modelo ao Governo Local, do qual foi aprovado e, seguidamente iniciou-se com a construção das casas.

De acordo com Pedro (2011), a habitação, mais do que um abrigo, deverá ser considerada uma janela de cultura, na medida em que a própria concepção arquitectónica e os usos dos espaços domésticos estão bastante ligados a valores e práticas culturais. Os espaços domésticos reflectem o modo como as culturas e os seus membros têm de conviver e se relacionar com dialécticas de oposições comuns, nomeadamente necessidades individuais, desejos ou aspirações e motivações, as exigências e solicitações da sociedade no seu todo. A figura 1 mostra o tipo das casas das comunidades antes e depois do reassentamento.

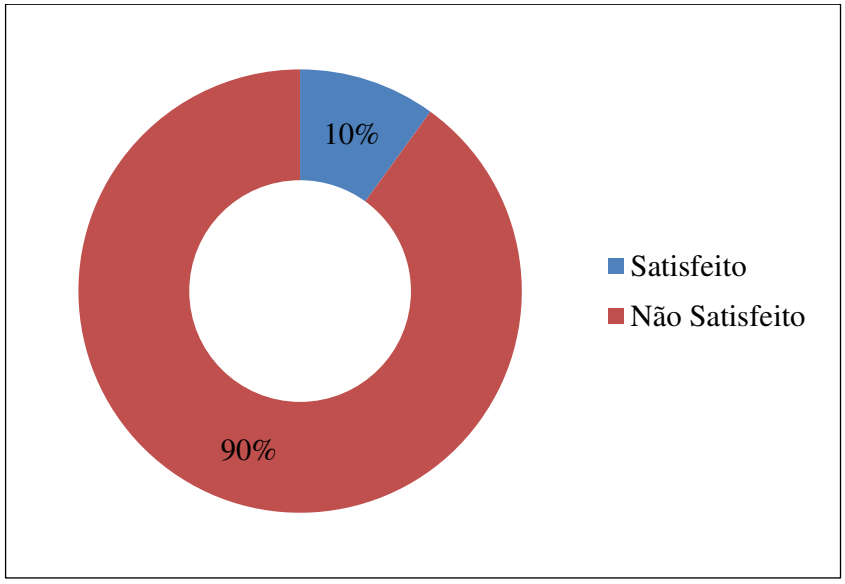
Figura 1: Casas das comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha. À esquerda, antes do reassentamento e à direita depois do reassentamento.



Fonte: Captado pelo autor; Trabalho de Campo, Nacala-à-Velha, 2019.

Embora, as novas casas de reassentamento apresentam de forma implícita melhores condições em detrimento das antigas casas dos reassentados, a maior parte da comunidade mostra-se insatisfeito com as novas casas construídas. No trabalho de campo, procuramos obter o nível de satisfação das comunidades sobre as suas habitações. Dos 20 inquiridos, 90% deles consideram estar insatisfeitos e 10% é que estão satisfeitos, conforme ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1: Nível de satisfação dos inqueridos com as habitações



Fonte: Dados da pesquisa, Trabalho de campo, Nacala-à-Velha, 2019.

A insatisfação das comunidades com as casas pode estar relacionada com a qualidade delas. Durante o trabalho de campo, comprovamos que algumas casas estão em estados de degradação, com pequenas rachaduras, portas e janelas danificados. Devido às condições deploráveis de vida, as comunidades não têm possibilidade de manter em reabilitação. Assim, o processo de reassentamento quebrou com o padrão de vida local, em que, para a família a habitação não era só o local da residência, mas todo um espaço físico e emocional. As pessoas tinham uma razoável área de habitação, com casas, quintal, local para a sua agricultura, animais, com o novo bairro isso deixou de existir, pois foram colocados em locais delimitados.

Não obstante, uma questão que é bastante negligenciada em Moçambique é relacionada com o tamanho dos novos espaços realocados às famílias reassentadas. Salientar ainda que, em Nacala-à-Velha, além do espaço de 20/30 m^2 concebido para a construção das novas casas, não foi alocado às famílias outro espaço onde pudessem desenvolver normalmente suas actividades de sobrevivência. Em relação a educação, a rede escolar do distrito é composta por um total de 61 escolas, sendo 43 escolas do EP1, 15 escolas do EP2, duas escolas do Ensino Secundário Geral e uma escola do Ensino Técnico Profissional. No

entanto, as 5 zonas de reassentamento nenhuma delas apresentam infra-estruturas escolares apesar do Regulamento de reassentamento – Decreto 31/2012 - prever que as famílias reassentadas devem dispor de infra-estruturas escolares. As comunidades são compelidas a percorrer distâncias para ter acesso à educação.

As comunidades somente dispõem de salas anexas, onde as condições das infra-estruturas estão longe de desejar. Sem infra-estrutura escolar as crianças estão obrigadas a sentar-se ao chão ou debaixo de árvores com objectivo de aprender pelo menos os abecedários e números importantes para a convivência de dia-a-dia. Desse modo, as crianças são obrigadas pelo seu Estado a deslocar-se em nome do interesse nacional e a pagar o preço do bem comum, a ser usufruído pelos demais. Na maioria dos casos, são grupos empobrecidos e sem capacidade de influir na agenda governamental, que são obrigados a arcar com os custos do dito "desenvolvimento" económico e social do qual pouco ou nada se beneficiarão. A figura 3 mostra as salas anexas nas comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha.

Figura 2: Salas anexas das comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha



Fonte: Captado pelo autor; Trabalho de campo, Nacala-à-Velha, 2019.

Paralelamente à educação, encontra-se o sistema de saúde nas zonas de reassentamento. De modo a apurar ilações sobre a existência de infra-estruturas de saúde, foi questionado aos inquiridos se havia alguma unidade sanitária. Em unanimidade, os inquiridos assinalaram que nenhuma das comunidades disponha de um centro de saúde para o atendimento das comunidades.

Devido à carência de unidades sanitárias nas comunidades reassentadas, as comunidades são obrigadas a percorrer longas distâncias para ter acesso a um centro de saúde, sendo isto um problema, principalmente para as mulheres e crianças que são obrigadas a percorrer distâncias para as unidades sanitárias mais próximas para a obtenção dos serviços de atendimento.

> É uma situação complicada para nós porque, às vezes, temos que percorrer distâncias de noite para chegar a um hospital. As nossas mulheres, quando estão prestes ao tempo de parto, levamos nas bicicletas de noite, com medo de duas coisas, marginais ou animais. Mas não temos como, a nossa vida foi destinada assim mesmo (Entrevista, Junho de 2019).

Na verdade, é complicado ser forçado a viver a vida a qual não desejamos. Um sofrimento com o qual parece ninguém importa-se. Onde nos queixamos da sorte de Deus, dos nossos antepassados e da própria nossa história. Nas novas áreas de reassentamento, devido às distâncias, as comunidades estão vivendo num circuito fechado, onde as alternativas de sobrevivência são escassas.

Para fazer-se chegar às zonas reassentadas deve-se percorrer em picadas de terra batida. No período chuvoso, a transitabilidade é deficitária, principalmente nas comunidades de Muriaco e Nachiropa. Sem *chapas*, os motos táxis são os únicos meios para se chegar ao destino. De modo a encurtar as distâncias, as comunidades são forçadas a fazer actividades de ganho-ganho em outras regiões para adquirir uma bicicleta que serve do seu meio de transporte.

As comunidades reassentadas, principalmente a comunidade Muriaco e Nachiropa que são mais distantes da vila, apresentam maiores riscos de segurança. Nenhuma delas apresenta um posto policial, às vezes, os conflitos entre as pessoas da mesma comunidade têm

surgido, que por vezes necessitam de intervenções de alguém de direito. As áreas são propensas aos animais perigos como leões, cobras e outros seres que nas caladas da noite ameaçam as comunidades.

Conforme Xavier e Viera (2017), o processo violento de perda de território por vezes desagua em lesão à própria identidade das comunidades. Desfazem-se laços ancestrais de solidariedade e fraternidade, anula-se o modo de viver dessas comunidades, por estas estarem ligadas à ocupação secular de território em que desenvolviam as suas actividades. Como consequência, percebesse o crescente de um movimento de resistência dentro das comunidades.

O facto de os indivíduos perderem o seu espaço de pertença tem graves implicações. As alterações do espaço transformam-se numa perda de protecção espiritual dos antepassados, perdendo estas pessoas, em simultâneo, a sua entidade enquanto grupo e a ligação à terra enquanto indivíduos. Assim, o processo de reassentamento é encarado como a expressão mais profunda de perda, a partir da qual não é mais possível controlar o espaço físico que, consequentemente, se traduz numa perda de identidade individual, com a mudança para um local novo e estranho.

A vida em novas zonas de reassentamento é difícil, porque essas pessoas não se identificam com os novos bairros, principalmente devido à falta de envolvimento na sua efectiva construção, que leva a que muitos sintam que o bairro não pertence a elas, mas à empresa, como expressa um dos representantes da comunidade de Muanona:

> Vivemos como hóspedes, porque não temos quase nada, não temos onde ir, somente a empresa deveria nos ajudar. Nas nossas comunidades tínhamos onde ir buscar a sobrevivência, a pesca nos ajudava muito, mas aqui, esta terra é nova para nós, tudo sempre é novo, tudo é novo para nós, mas fazer o quê vamos tentando a sorte (Entrevista, Junho de 2019).

Através dessas declarações, nota-se claramente que esta desterritorialização está associada, para a maioria da população, a algo traumático. Desta forma, se por um lado, pode contribuir para uma melhor adaptação às novas formas de vida, por outro lado, ela pode contribuir para o medo e a falta de abertura a esta mudança. Apesar da Vale implantar as infra-estruturas de água como fontenários, as comunidades reclamam pela precioso liquido. A água

consumida nas zonas de reassentamento apresenta maior teor de sal, com uma coloração esbranquiçada de loto. Mas não havendo outras alternativas usa-se a mesma para o consumo. Os reassentamentos estão localizados em zonas áridas identificadas como de escassez de recursos hídricos naturais.

Antes do reassentamento, algumas famílias tinham energia eléctrica em suas habitações, mas hoje, estes assistem as suas vidas nas escuras, um factor que periga a vida destes, dado que na zona reassentada predominam animais como leões, cobras e outros. O distrito de Nacala-à-Velha dista a escassos metros do distrito de Nacala Porto, onde foi implantada a plataforma móvel de energia eléctrica. Mesmo com esta disponibilidade, as comunidades reassentadas não dispõem da corrente eléctrica.

As comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha, tal como a maioria da população moçambicana, tem na agricultura familiar a sua fonte de subsistência. Embora essa importância, nas zonas de reassentamento, as comunidades não dispõem de espaços apropriados para a prática da actividade agrícola, pois além do espaço de 20/30 m^2, concebido para a construção das novas casas, não foi alocado, às famílias, outro espaço onde pudessem desenvolver normalmente as suas actividades de sobrevivência.

A SACRALIZAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CEMITÉRIOS NO DISTRITO DE NACALA-À-VELHA

O mundo dos espíritos é bastante influente nas comunidades moçambicanas, especialmente no meio rural. A causa de todos os azares e doenças é sempre explicável pelo envolvimento dos espíritos e a rotina diária é quebrada esporadicamente por momentos de festa e cerimónia. Um facto de autêntico atentado aos espíritos foi desenvolvido pela Vale no distrito de Nacala-à-Velha. Para a implantação do terminal ferro portuário, a Vale teve que contratar uma empresa especializada para a escavação e deslocamento de caixões para uma área reservada pela empresa, que se localiza nos arredores da comunidade de Muriaco.

Este processo não era novo em Moçambique, o que a Vale fez já havia sido feito pela Kenmare em Topuito, no distrito de Moma, na área de exploração de turmalinas.

Primeiramente, a Vale teve que criar equipas para a sensibilização e conscientização das comunidades sobre esta prática. Foram convidados os líderes comunitários para a realização das cerimónias relacionadas aos defuntos. Um facto ainda mais preocupante é que as comunidades reclamam não saber onde foram sepultados os restos mortais dos seus antepassados.

> A Vale chamou-nos e disse que queria transferir todos os cemitérios que se encontravam nos nossos terrenos, como não tínhamos o que fazer, seguiram com o processo, nós como líderes fomos convidados para a realização da cerimónia. Depois de serem tirados os corpos não soubemos onde os foram enterrados […]. Foi um processo complicado para nós, muitas famílias passaram mal com isso, alguns acabaram ficando doentes devido a maldição dos espíritos (Entrevista, Junho de 2019).

Segundo as informações obtidas no âmbito de estudo de campo, as comunidades não sabem onde foram depositados os restos mortais das suas famílias e hoje não encontram onde podem colocar *makeya* (ritual de homenagem de cariz espiritual que consiste em apresentar uma mensagem a uma entidade sobrenatural nas comunidades macuas) porque os seus embondeiros foram destruídos.

Em África, caso específico de Moçambique, o culto aos antepassados constitui uma prática transmitida de geração em geração, pois acredita-se que, depois da morte, existe uma segunda vida, daí que, as comunidades comunicam com seus antepassados através de cerimônias tradicionais, pedindo qualquer coisa para a melhoria de suas condições de vida.

De acordo com o represente do Planejamento e Infra-estruturas, em nossa entrevista[2], explicou que, durante o processo de deslocamento das comunidades, os cadáveres sepultados nos locais da construção do terminal ferro-portuário foram exumados, segundo a vontade das famílias. Estas exumações foram feitas respeitando todas as cerimônias e costumes necessários e, depois, a Vale foi depositar em colectivo dentro do distrito.

A maioria das pessoas no meio rural moçambicano têm cemitérios familiares e é hábito visitar-se os locais onde as pessoas são enterradas, principalmente para a limpeza das campas. As pessoas são enterradas em campas ou algo semelhante e só se volta ao local ou

[2] Entrevista realizada no distrito de Nacala-à-Velha, em Junho de 2019.

para novos enterros ou noutras situações específicas. Os cemitérios, são todavia, lugares sagrados, que correspondem às terras onde estão enterrados os antepassados e, por isso, têm uma grande importância simbólica.

Assim, a criação de novos cemitérios colectivos leva com que as pessoas criem novas relações com os mortos, diferentes das que as tinham, o que na opinião de Selemane (2010, p.15) "criou uma ferida no imaginário colectivo da população". Já para o representante das Actividades Econômicas, "a relação com os mortos, não se tendo perdido, teve que se adaptar a esta nova forma de estar"[3]. No entanto, esta adaptação não deverá ser tão fácil, pois, são crenças de muitas gerações que terão agora que se modificar e será preciso sarar esta ferida no imaginário colectivo e só depois começará a real adaptação.

Com o reassentamento, as pessoas foram obrigadas a alterar o seu espaço físico e, por conseguinte, todas as expressões culturais se alteraram, observando-se um duplo fenômeno ao nível das práticas culturais tradicionais. Por um lado, algumas práticas deixaram de ter lugar, devido à sua ligação com a Natureza; e por outro lado, certas cerimônias foram adaptadas à nova realidade. Harvey (2016) explica que, apesar da terra não ser uma mercadoria produzida pelo trabalho social, foi cercada, dividida, privatizada e transformada "em mercadorias para que o mercado de terras pudesse se tornar o campo primário da acumulação do capital e da extracção de riquezas para uma classe rentista cada vez mais poderosa" (HARVEY, 2016, p. 64).

É essa lógica seguida pelo megaprojecto da Vale, que legitimados pelo Estado encontra espaço para a implantação das suas actividades, deteriorando as condições de vida das comunidades locais. Contudo, das constatações analisadas nas comunidades reassentadas no distrito de Nacala-à-Velha, permite-nos afirmar que a exploração mineira dos megaprojectos em Moçambique tem deteorizado as condições de vidas das comunidades onde estes projectos estão sendo desenvolvidos. A precarização das condições de vidas da população evidencia-se pela escassez de água, alimentos, espaços para o cultivo, hospitais,

[3] Entrevista, Nacala-à-Velha, Junho de 2019.

escolas entre outros recursos, tornado, assim, estas comunidades cada vez mais vulneráveis propalados pelo desenvolvimento económico capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações político-econômicas atravessadas por Moçambique desde o alcance da independência forçaram o país a tornar-se em um território aberto aos incursos do capital internacional. Rico em recursos minerais, o país passou por um período de relativo fechamento às razias do capital internacional devido à estratégia de desenvolvimento alicerçada na socialização do campo, em que o Estado era o principal e único responsável pelos destinos do país. O intervencionismo e a nacionalização das empresas abandonadas pelos colonos, logo após a independência, e a estatização da economia jogaram um papel importante na marginalização da iniciativa privada.

Com a introdução do investimento estrangeiro na exploração mineira em Moçambique, em 2011, acreditava-se que a concretização dos projectos em curso na área de carvão mineral, minerais industriais, para além da potencial descoberta de mais reservas de hidrocarbonetos, iriam impulsionar o sector mineiro e, ao mesmo tempo, ter impactos positivos na economia nacional, melhorando as condições de vida das comunidades, um facto contraditório à realidade, em que a população viu sendo expulsa dos seus territórios. Um facto notório, é a expropriação das comunidades locais no distrito de Nacala-à-Velha, que resultou da construção do terminal ferro portuário, um projecto da Vale que objectiva escoar o carvão mineral da fonte de exploração através de uma linha férrea que liga os distritos de Moatize, província de Tete a Nacala-à-Velha, em Nampula.

Este escoamento resultou do plano de ampliar a reprodução do capital estrangeiro. Deste modo, a implantação do megaprojeto da Vale, no distrito de Nacala-à-Velha, impulsionou a expropriação das comunidades locais e, por conseguinte, as comunidades foram despojadas para regiões longínquas, inférteis, desprovidas de acesso a bens naturais como a água potável, insumos agrícolas, escolas, hospitais, mercados, aumentando, assim, o subemprego e a insegurança alimentar dentro dessas comunidades. O estudo comprovou que a implantação do megaprojecto da Vale e as implicações por ele deflagrados dão maior

visibilidade aos problemas e às demandas sociais em área de mineração, atraindo órgãos públicos, instituições privadas e não-governamentais, para resolvê-los. Assim, a implantação dos megaprojectos mineiros resultam em acções e mobilizações dos grupos sociais atingidos, que são desenvolvidos em deslocamentos compulsórios e que também adquirem outra notoriedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Manuel G. M. **O sistema das aldeias comunais em Moçambique**: transformações na organização do espaço residencial e produtivo. 1989. 479 f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 1989.

BATA, Eduardo Jaime. **Entre Estatais e Transnacionais, "quantos AIS"***:* efeitos espaciais dos megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique. Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Estudos Sócio ambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiánia, 2018.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. **Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab:** rethinking land issues, reframing resistance. ICAS Working Paper Series, The Hague, 2010.

BRYNILDSEN, Øygunn Sundsbø; NOMBORA, Dionísio. **Mineração sem desenvolvimento**: o caso da mina da Kenmare em Moma, Moçambique. [S.l.]: CIP e Eurodad, 2013.

CARRIERI, Alexamdre de Pádua.; PEREIRA, Denise de Castro. **Movimentos de desterritorialização e reterritorilização na transformação das organizações**. RAE-eletrônica, v. 4, 2005.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique.** Maputo: Cadernos IESE, n. 1., 2010.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. **Os megaprojetos em Moçambique**: que contributo para a economia nacional? (Apresentação oral). In: Fórum da Sociedade Civil sobre a Iniciativa de Transparência Indústria Extrativa (ITIE). Maputo: s/e, 2008.

CHIZENGA, Anselmo P. **Mineração e Conflito Ambiental**: disputas em torno da implantação do megaprojeto da Vale na bacia carbonífera de Moatize, Moçambique. 2016. 175f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós- Graduação em Sociologia, IFCH, UFRGS. Porto Alegre, 2016.

DI JOHN, J. Is there really a resource curse? A critical survey of theory and evidence. **GLOBAL GOVERNANCE,** n. 17, p. 167-184, 2011.

FREI, Vanito Viriato M. **No país do mano muça, eu sou carvão**: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula. 2017. 419f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós- Graduação do Instituto de Estudos Sócioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização***:* Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LIMA, Francisco Denílson Santos; RESENDE, Aiumy Cruz; ARRUDA, Tainá Rodrigues; SANTOS, Amanda Torres dos. O método dialéctico e sua utilização na compreensão da violência no espaço urbano brasileiro. In: **I SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA***,* IX, 2014. Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais, 2014.

MANUEL, Nélio. A exploração mineira e o processo de reassentamento em moçambique: uma análise das comunidades expropriadas pela vale no distrito de Nacala-à-Velha. In: **MOVIMENTOS SOCIAIS E DINAMICAS ESPACIAIS**. Volume 8, Número 1 (2019), 2019. p. 235 – 252.

MARSHALL, Judith. **Guerra, Dívida e Ajustamento Estrutural em Moçambique**: O Impacto Social. Instituto Norte-Sul, Otawa, 2014.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de, MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo. *In*: **NERA**, Presidente Prudente, Ano 20, nº. 38, edição especial, 2015. p. 280-375.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de, MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique**. 2016. 296 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MATSINHE, Leví Salomão. **Moçambique: uma longa caminhada para um futuro incerto?** Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. **Megaprojectos no meio rural, desenvolvimento do território e pobreza**: o caso de Tete. Desafios para Moçambique, Maputo, 2011.

NAMUHOLOPA, Óscar Morais Fernando. A tentativa de construção do Socialismo em Moçambique: retrospectivas de um passado presente. *In*: **REVISTA SAPIÊNCIA**: sociedade, saberes e práticas educacionais. Universidade Estadual de Goiás, Campus Iporá, 2016, v.5, n.2, p. 40-59, 2016.

PEDRO, Joana de Jesus Colaço. **Reassentamentos forçados**: dos impactos às oportunidades. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2011.

PEREIRA, Lonera Izá. A acumulação por despossessão na análise do Landgrabbing. In: **CADERNO PRUDENTINO DE GEOGRAFIA.** Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2019.

PROJETO CORREDOR NACALA. **Boletim Informativo**. Edição Especial, set., 2016. Disponíve l em: <http://valeinformar.valeglobal.net/MZ/Documents/boletim_especial_dig.pdf> Acesso: Maio de 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 5 reimpr. São Paulo: Edusp, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST, 2002.

SELEMANE, Tomás. **A economia política do Corredor de Nacala**: consolidação do padrão de economia extrovertida em moçambique. Documento de Trabalho, Observador Rural, Nº 56, Maputo, 2017.

SELEMANE, Tomás. **Questões à volta da mineração em Moçambique**: relatório de monitoria das atividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga. Maputo: CIP, 2010.

XAVIER, Juliana Benício; VIEIRA, Larissa Pirchiner de Oliveira. A resistência de comunidades na luta pelo território em ambientes de extracção mineraria. *In*: **REVICE** - Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, v.2, n.2, 2017, p. 189-208.

Recebido em janeiro de 2021.

Revisão realizada em maio de 2021.

Aceito para publicação em junho de 2021.